



## Outubro Rosa conscientiza sobre o câncer de mama

Conscientizar e alertar mulheres e toda sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e outros tipos da doença que atingem o público feminino, a exemplo do câncer do colo de útero, são os principais objetivos do Outubro Rosa. A campanha dedica maior atenção para aumentar as chances de cura e reduzir a mortalidade com a doença.

Com taxas mais altas no Sul e Sudeste, o câncer de mama é o de maior incidência em mulheres de todas as regiões, excluídos os cânceres relacionados a tumores de pele não melanoma. A doença é a primeira causa de morte por câncer na população feminina em todas as regiões do Brasil, exceto no Norte, onde o do colo do útero ocupa a posição. Os dados são do Inca (Instituto Nacional do Câncer).

São estimados 66.280 novos



casos de câncer de mama para 2022 no Brasil. Com estimativa de 16.710 novas ocorrências para este ano, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo com maior incidência entre as mulheres. É fundamental a visita, pelo menos anual, ao ginecologista e mastologista para prevenir e acompanhar de perto, especialmente com a realização de exames - ultrassom, a mamografia e papanicolau.

## Famílias brasileiras estão endividadas

O desemprego, a recessão econômica e a alta dos alimentos estão levando os trabalhadores a recorrerem, cada vez mais, aos cartões de crédito. Como o Brasil tem as maiores taxas de juros do planeta (atrás apenas hoje da Rússia), basta uma parcela em atraso para o consumidor ver a rolagem da dívida disparar como uma bola de neve. Taxa do crédito rotativo chega a 398,4%, o mais alto nível des-

de 2017.

Esta política de juros, agravada no governo Jair Bolsonaro (PL) e o padrão monetário controlado por banqueiros a frente do Banco Central (o atual presidente do BC é Roberto Campos, do Santander), fez com que mais da metade das famílias brasileiras (53,1%) esteja endividada com instituições financeiras e 70% estão enroladas para pagar o cartão de crédito.

## Sindicatos querem ser assistentes da ação contra a Caixa

Como a Caixa ignora os pedidos oficiais para fornecer informações sobre a investigação das denúncias de assédio moral e sexual, o movimento sindical solicitou ao MPT (Ministério Público do Trabalho) a inclusão como assistente na ação contra o banco e o ex-presidente, Pedro Guimarães.

No processo, o Ministério pede a condenação do banco em R\$ 305 milhões pela omissão na apuração. Para Pedro Guimarães, o MPT quer a condenação e o pagamento de R\$ 30,5 milhões pelos danos causados às mulheres. Os recursos devem ser revertidos a um fundo de proteção dos direitos dos trabalhadores.

Os procuradores ainda pedem a condenação dos integrantes do Conselho de Administração da Caixa, que não cumpriram o papel de fiscalização dos atos da presidência. Cada um deve pagar indenização no valor de R\$ 3 milhões.

## Atenção: Prazo de três meses para CPA no Itaú

Os trabalhadores da rede de agência do Itaú sabem da necessidade de obter a certificação da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais) – CPA desde junho de 2020, por conta das atividades realizadas e pela exigência do regulador. Como ainda existe um grupo sem a certificação, será estabelecido entre gestores e funcionários o prazo de três meses com o cadastramento da orientação em sistema e acompanhamento. Nos últimos dois anos, houve avanços na certificação da Anbima, com materiais disponibilizados, orientações, incentivos e reembolso da prova aos trabalhadores certificados.

## Financiários negociam hoje com a Fenacrefi

Para prosseguir com as negociações da campanha salarial 2022, nesta quarta (05), tem negociação entre os financiários e a Fenacrefi (Federação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento). Os financiários reivindicam um índice mais real e próximo ao INPC do período, que é de 11,9%. A última proposta das financeiras, rejeitada em 22 de setembro, foi de reajuste de 8,5% para salários, 9% para os vales alimentação e refeição e reajuste linear pelo INPC em 2023.

## Só atraso e retrocessos

A “gestão” de Bolsonaro é marcada pelo declínio de indicadores em todas as áreas. Enquanto o desmatamento da Amazônia cresceu 20% em um ano, o presidente prevê cortes bilionários na educação. A proposta de orçamento para 2023 prevê um corte de R\$ 1,096 bilhão no programa “Educação Básica de Qualidade”. Também houve proposta de corte de R\$ 594,5 milhões no programa de Educação Superior, que atende as universidades públicas. É o governo do atraso, que leva o país a retrocessos incalculáveis.